

Governo marca data para leilão de novos terminais portuários

Licitações ocorrem em dezembro; Expectativa é de que seja arrecadado R\$ 1,1 bilhão

O primeiro leilão de áreas portuárias regido pelo novo marco regulatório do setor ocorrerá em 9 de dezembro, na sede da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Serão licitados três terminais no Porto de Santos e um no Porto de Vila do Conde (PA). A expectativa do Governo é de que seja arrecadado um total de R\$ 1,1 bilhão com o pagamento das outorgas das quatro áreas. Considerando apenas as do cais santista, deve-se chegar a R\$ 640 milhões.

A data e o local do leilão foram anunciados na manhã de ontem, pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP). Os editais de licitação dos terminais portuários serão publicados na próxima segunda-feira, no Diário Oficial da União.

O Governo planeja direcionar esses recursos para o Tesouro Nacional. O plano é que o montante possa ser utilizado no setor portuário brasileiro. Entretanto, não há garantias de que o dinheiro arrecadado com as outorgas dos terminais de Santos será realmente aplicado no complexo.

Os três arrendamentos do cais santista terão como foco a movimentação de grãos e celulose. Nas proximidades da Ponta da Praia, os armazéns 38, XL e XLII (40 e 42 externos) vão originar um terminal especializado na movimentação de granéis sólidos de origem vegetal (como soja).

Técnicos da SEP e da Prefeitura de Santos devem se reunir, nos próximos dias, para discutir medidas que possam mitigar a poluição causada pela emissão de partículas durante essas operações com grãos. Isto porque a Administração Municipal é contra este tipo de atividade perto de bairros residenciais e quer garantir que a população não seja afetada por poeira e mau cheiro.

Já a outra área a ser licitada é o Armazém 32, no Macuco. O plano é que ele se torne um terminal de fardos de celulose. A mesma carga será operada em outro lote, no Paquetá, formado por quatro áreas, os armazéns 9, 10 e 11 e o pátio do Armazém 12.

Os novos arrendatários terão o direito de explorar as instalações licitadas por 25 anos. Este período pode ser dobrado, com a renovação dos contratos, conforme prevê a legislação portuária.

Critério

A princípio, os terminais seriam administrados pelas empresas que oferecessem a menor tarifa e a maior quantidade de carga movimentada. Mas, em junho passado, o Governo mudou os planos e a proposta atual prevê que a instalação seja concedida a quem oferecer o maior valor de outorga pela área.

Para o ministro dos Portos, Helder Barbalho, com o lançamento das licitações, este se torna o momento para o setor “deslanchar ainda mais”. O titular da SEP acredita no sucesso dos leilões e destaca que o plano do Governo é reinvestir os recursos arrecadados com as outorgas no setor.

“Estamos sendo instados, seja o Ministério dos Portos, seja a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) como também o Ministério do Planejamento,

por diversos interessados em buscar informações a respeito dos investimentos, dos editais que serão lançados. Portanto, estamos profundamente confiantes – com o Brasil necessitando ter logística, necessitando aprimorar, reestruturar e ampliar seu setor portuário – de que esse setor estará cooperando para encontrar o caminho do reaquecimento econômico”, destacou, durante sua primeira visita ao Porto de Santos, iniciada na última quinta-feira e encerrada ontem.